



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A 1.^a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa começou há dias a apreciação da proposta de lei sobre o Regime de Execução de Congelamento de Bens, o qual deve ser aprovado quanto antes, pois, muito em breve, Macau irá ser sujeito a uma avaliação por uma entidade internacional quanto à aplicação da legislação nesse âmbito. A referida Comissão criticou o Governo por este apresentar diplomas importantes “quase sempre no último minuto”, o que coloca numa situação difícil o trabalho de discussão das leis em sede das comissões, pelo que espera uma melhoria dessa forma de procedimento por parte das autoridades.

No passado, verificou-se um aumento substancial do número de diplomas apresentados pelo Governo para apreciação durante o último ano de cada sessão legislativa, de modo que a análise e a aprovação desses diplomas têm sido feitas de forma apressada até ao final da sessão legislativa. Essa pressa exigida pelo Governo no processo legislativo tornou-se um dos alvos de crítica quer do público quer da Assembleia Legislativa, visto que nessas circunstâncias não dispõem de tempo suficiente para discutir em pormenor o texto legislativo, nem para entender o real significado das propostas de lei e o seu articulado. Trata-se de uma das razões para a falta de qualidade que se verifica nas leis de Macau, a qual fica, assim, reduzida de forma substancial,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

afectando gravemente também a operacionalidade dessas leis. Em consequência, é frequente constatar que a legislação de Macau não consegue coadunar-se, efectivamente, com o desenvolvimento e as necessidades sociais.

Por outro lado, o Governo tem vindo a frisar também a necessidade de coordenação na produção legislativa, conseguida, por exemplo, através da prestação de apoio aos diferentes serviços e da articulação do trabalho nesse domínio, ou mesmo até, por meio de apoio aos serviços na redacção das propostas de lei. Porém, até agora ainda se pode constatar processos apressados de legislação, deficiências dos textos legislativos, artigos incompreensíveis e falta de dados de referência sobre as leis apresentadas a discussão. Isto demonstra que na produção legislativa existe ainda espaço para melhoria da sua coordenação, revisão e aperfeiçoamento. De facto, sem essa melhoria será impossível o estabelecimento do primado da Lei na sociedade de Macau, e os consequentes atrasos no processo legislativo irão prejudicar o desenvolvimento social, o que, por seu lado, irá resultar na desactualização dos sistemas social e jurídico, com um impacto significativo na vida da população.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – Até ao final da presente sessão legislativa, quantas propostas de lei ainda vão ser submetidas pelo Governo à Assembleia Legislativa? Em relação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a essas propostas que devem ser aprovadas até ao final da presente sessão legislativa, quais as medidas do Governo para evitar a ocorrência de uma apreciação apressada dos diplomas no processo legislativo?

2 – Tendo em conta as insuficiências e o apoio deficiente ao mecanismo de coordenação do trabalho legislativo entre os diferentes serviços públicos, assim como a deficiente elaboração das leis e a falta de uma ordenação da prioridade e urgência para a sua apresentação à Assembleia Legislativa, o Governo deve tomar medidas para a melhoria dessa situação, no sentido de aumentar a operacionalidade do referido mecanismo de coordenação, elevar integralmente a eficiência do trabalho legislativo, definir as prioridades na apresentação das propostas de lei e assegurar a qualidade do texto legislativo. Assim, que medidas tem o Governo para resolver esse fenómeno caótico?

A Deputada à Assembleia Legislativa,

Leong On Kei

28 de Abril de 2016